

Margareth Rago
Gênero e história



Gênero e história

Epistemologia feminista, gênero e história por Margareth Rago encontra-se baixo uma Licença [Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 3.0 España](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/es/).



Você é livre de copiar, distribuir e comunicar publicamente a obra

Baixo as condições seguintes:

- **Reconhecimento** — Deve reconhecer os créditos da obra da maneira especificada pelo autor ou o licenciador (mas não de uma maneira que sugira que tem o seu apoio ou apoiam o uso que faz da sua obra).
- **Não comercial** — Não pode utilizar esta obra para fins comerciais.
- **Sem obras derivadas** — Não se pode alterar, transformar ou gerar uma obra derivada a partir desta obra.

Edita: CNT-Compostela, Agosto de 2012

www.cntgaliza.org

Primeira edição

Coordinação: **Secretaria de Imprensa e Comunicação. CNT-Compostela**

ISBN: 978-84-92428-63-2

Dépósito Legal: C 1523-2012

Imprime: **Sacauntos**

Epistemologia feminista, gênero e história

Descobrimo historicamente o gênero

MARGARETH RAGO

Índice

Mulher, trabalho e anarquismo [Martín Paradelo Núñez]	7
Epistemologia feminista, gênero e história	19
Introduzindo o debate	21
Epistemologia feminista: ensaiando alternativas	24
1.- A crítica feminista	27
2.- O projeto de ciência feminista ou um modo feminista de pensar?	32
Feminismo e história	39
Finalizando...	45
Descobrendo historicamente o gênero	47

Mulher, trabalho e anarquismo

A mulher e o trabalho

Pode parece de uma evidência simples, notória e palpável, afirmar que a mulher trabalha. Também que a mulher sempre trabalhou. Mas se perguntamos a uma importantíssima massa de gente, não necessariamente vinculada a uma ideologia especialmente reacionária, ou se revemos milhares de páginas de escritos de carácter histórico, independentemente do seu grau de academicismo e de militantismo, semelharia até difícil suster esta afirmação.

Resulta especialmente suspeito, entre os múltiplos desaparecimentos do sujeito mulher, este referido ao trabalho. Pensado assim de primeiras, sería muito difícil negar que a mulher está dotada de capacidade para o trabalho, assim como que também está exposta à necessidade do trabalho. Moldar um discurso que negue estas duas afirmações seria quase impossível, estaria abocado mesmo ao ridículo. Sem embargo, não só grande parte de qualquer população ou grupo humano, como queira que se delimite este conceito, senão também da historiografia, tendem a negá-las pela via do desaparecimento.

Com efeito, pode haver várias causas detrás deste facto. Uma delas, e não em último lugar, o facto de manter a exclusividade da actividade produtiva em mãos do homem. Pode parecer até evidente que o sujeito que se assalária é o homem, ou que ao menos foi assim até a expansão do industrialismo. Isto nem sempre foi assim, mas faz evidente a necessidade do homem enquanto que recetor dos benefícios do sistema patriarcal, se bem explorado insensivelmente dentro das confrontações de classe, de manter um espaço próprio de poder desde o que manifestar-se imprescindível e superior. Daí a depreciação da actividade feminina e a separação hierárquica das tarefas entre os géneros. Também daí a diferença de valor atribuído (e retribuído) a um trabalho levado a cabo por um homem e uma mulher.

O trabalho não é uma actividade produtiva sujeita a diferentes valores e criador de mais-valia. O trabalho é simplesmente actividade. Este deslocamento do conceito de trabalho exclusivamente para um âmbito de contradição de classe é extremamente limitado, e se foi de grande importância à hora de definir à classe trabalhadora de maneira autónoma e positiva, jogou muito pouco favor para o caminho de emancipação do género humano que o anarquismo ou qualquer pensamento revolucionário deveria facilitar. A expansão e consolidação do patriarcado, como sistema de dominação da mulher pelo homem independentemente da classe na que se produza, assentou-se, entre outros muitos factores, nesta diferença.

O facto de relegar à mulher a uma série de trabalhos considerados de inferior categoria dado que não produciam mais-valia, e portanto não eram pagos, e que não produciam nada tangível, portanto era desprezados, obedece a uma lógica da domina-

ção que deve ser analisada e superada. O anarquismo, como sistema que procura a emancipação integral de todas as pessoas, deveria ter tido esta situação clara e te-la colocado num lugar fulcral do seu discurso, tanto na sua análise da história como na análise da exploração de uma classe por outra, e o anarco-sindicalismo, como estrutura desde a que se articula o anarquismo no mundo do trabalho, deveria ter reagido fortemente contra ela e te-la incorporado num lugar ponteiro das suas lutas. Mas veremos que isto não sempre foi assim, às vezes antes ao contrário.

O anarquismo ante o tema da mulher

Antes de mais faz-se necessário analisar as posições que o anarquismo manteve nas diversas etapas sobre a própria figura da mulher, o seu papel social e o alcance da emancipação de que devia desfrutar. Não é o objectivo aqui aprofundar demais, senão que simplesmente um revejo pelas grandes figuras e por verdadeiros momentos de importância é revelador da posição que geralmente adotou o anarquismo.

Entre os pensadores prévios a que Proudhon conforma-se de maneira definida e positiva um corpus auto-denominado anarquista, e que de maneira importante influíram nele, o que com mas claridade se expressou nesta questão foi Charles Fourier. Dentro do seu complexo e deslabazado pensamento, Fourier compreendeu que condição fundamental de qualquer processo de emancipação é que esta se realize em igualdade entre todos os indivíduos, daí a sua insistência na necessidade da li-

bertação da mulher para a libertação do homem¹. Fourier foi suficientemente lúcido para perceber a contradição que se dava entre os géneros dentro do trabalho e como a mulher levava a cabo em solitário uma série de actividades diferentes que deviam ser realizadas em comum para o bem do funcionamento social, como por exemplo todas as relativas aos cuidados.

Esta posição era de uma importância excepcional e surpreende que não fosse incorporada ao pensamento dos grandes teóricos anarquistas do XIX. Antes ao contrário, a posição de Proudhon será absolutamente reaccionária e misógina. Proudhon nega de maneira radical a igualdade homem-mulher, até o ponto de manifestar a impossibilidade de associação entre um homem e uma mulher, devido às fundamentais diferenças e qualidades de um e de outro². O homem sempre é melhor, não há dúvida. Mas Proudhon ainda afina mais e nega toda a capacidade de actividade autónoma para as mulheres e toda a tentativa de superação dos róis sexuais aos que é confinada. Para Proudhon uma mulher só pode ser ama de casa ou prostituta³. Assim, Proudhon, que foi um excelente analista do sistema de autoridade económico, estatista e religioso, e um entusiasta de

1 “Os progressos sociais e mudanças de período operam-se em razão do progresso das mulheres cara à liberdade; e as decadências da ordem social operam-se em razão do mingramento de liberdade das mulheres.” Fourier, Charles, *Doctrina social, el falans-terio*, Madrid: Jucar, 1980. [As traduções desde as edições espanholas das obras citadas são minhas]

2 “Entre a mulher e o homem pode haver amor, paixão, vínculos de amizade e todo quanto se queira, mas não há entre eles uma verdadeira sociedade. [...] Por isso, longe de aplaudir o que hoje se chama emancipação da mulher, inclino-me mais, se houvesse que chegar a tal extremo, a enclausurá-la”. Proudhon, Pierre-Joseph, *¿Que és la propiedad?* Barcelona: Folio, 2002.

3 Proudhon, Pierre-Joseph, *La pornocracia*, Madrid: Huerga & Fierro, 1995

fensor da necessidade de superação desta tripla escravatura com a constituição de uma nova sociedade baseada na igualdade e a liberdade, foi capaz de deixar fora desta igualdade e desta liberdade à metade da população mundial. A posição de Proudhon jogou um papel muito importante e supôs a separação entre socialismo e feminismo por muitos anos⁴

Bakunin pela sua parte não prestou especial atenção ao papel social da mulher nem à especificidade da exploração que sofria. Surpreende que um pensador que mostrou uma clarividência tão absoluta para a percepção de como havia de autoritário em qualquer sistema e estrutura, desde o estado à religião e ao próprio conhecimento, não tratasse em profundidade este tema em concreto. A sua ausência no grosso do pensamento de Bakunin não deve ter um carácter especialmente positivo, dada a amplitude com que Bakunin analisou o alcance da autoridade e os sistemas de exploração e repressão.

A postura de Kropotkin não melhorou as tendências anteriores. Kropotkin quase não trata este tema em nenhum lugar, e mesmo surpreende que na sua definição da nova sociedade⁵, onde faz explícita referência à divisão do trabalho, reduza esta à divisão entre trabalho intelectual e manual, limite o trabalho a um trabalho exclusivamente produtivo e não faça teimosia nas diferentes tarefas levada a cabo por cada género, como sim tinha exposto Fourier. Sem embargo, Kropotkin mesmo nega de certa forma o carácter da mulher como sujeito revolucionário. Na sua chamada a todos os elementos susceptíveis de fazer parte do processo revolucionário que é o escrito **Aos jovens**, Kropotkin revê desde os trabalhadores aos artistas, desde os téc-

4 Beauvoir, Simone de, *El segundo sexo*, Madrid : Cátedra, 2005.

5 Kropotkin, Piotr *La conquista del pan*, Barcelona: Júcar, 1977.

nicos aos intelectuais, sem fazer uma só referência à mulher se não é em canto que mãe e companheira, nen uma só referência a um papel activo da mulher no processo de emancipação⁶.

Isto não nega a presença de destacadas figuras femininas no movimento anarquista de todos os lugares e jogando todos os diversos papéis, como agitadoras, intelectuais, activistas, o que for, mas a sua excepcionalidade, ou quando menos a fortíssima desproporção respeito aos homens, ao menos é significativa, e não só das diferentes repressões padecidas por um e outro gênero, dado que é claro que não sempre os homens anarquistas foram cómodos companheiros na emancipação das mulheres anarquistas. Também não quer dizer que estas posições foram únicas nem sempre as dominantes, mas sim manifesta uma muito difícil assunção da diferente situação de exploração da mulher respeito ao homem e da situação de poder do homem respeito à mulher em qualquer situação social e a necessidade desta superação. Mesmo quando se começa incorporar no pensamento anarquista, tal vez por influência do anarco-sindicalismo, a necessidade de emancipação da mulher, não se incorpora uma análise específica desta exploração e da necessidade de incorporá-la em igualdade à luta de libertação do proletariado, e falha-se ao não ver que se as necessidades e as finalidades revolucionárias são as mesmas nos sujeitos homem e mulher, não são as mesmas as circunstâncias sociais das que partem. Armand in-

6 Esta é toda quanta palabra dirige Kropotkin às mulheres: *“Enquanto que acariñades a linda cabeça dessa criatura que dorme nos vossos braços, não pensastes nunca na sorte que lhe aguarda se não mudam as presentes condições da sociedade? Não reflectis sobre o porvir reservado às vossas irmãs e aos vossos filhos? [...] Desejais que o vosso marido e os vossos filhos estejam sempre à mercede do primeiro adventício que herdara dos seus pais um capital com que poder exprotá-los?”*. Kropotkin, Piotr, *Palabras de un rebelde*, Barcelona: Pastagana, 1977.

corporará com efeito esta necessidade da paralela libertação masculina e feminina⁷, me as não é quem de ver que também dentro do sistema capitalista e em canto que proletária a mulher padece uma segunda escravatura dentro da sua própria classe.

O anarco-sindicalismo do Estado espanhol é um bom exemplo desta panorama. Desde os primeiros congressos da Federação da Regional Espanhola da AIT, na altura de 1872, definia-se a especial situação de opressão da mulher e defendia-se a sua emancipação começando pe-lo trabalho, percebendo que relegar a mulher exclusivamente às funções domésticas constituia uma submissão e uma dependência respeito ao homem, se bem insistindo nas diferencias entre trabalhos próprios de cada sexo⁸. Isto não impediu que noutras ocasiões se defenderam desde os sindicatos a proibição do trabalho feminino como forma de paliar os efeitos do desemprego⁹ ou diferencias entre os direitos defendidos para uns e outras, mas por outra parte a própria CNT chegou estabelecer cotas de paridade por género nos comités¹⁰. Em efeito, foi desde o anarco-sindicalismo que se deu uma maior compreensão da situação da mulher, se bem em grande medida ficaram distanciadas as posições teóricas de várias das suas concretizações práticas.

Não se pode negar tampouco o destacado papel que jogou

7 Armand, Emile, *El anarquismo individualista : lo que es, puede y vale*, La Rioja: Pepitas de calabaza, 2009.

8 Madrid, Francisco e Venza, Claudio, *Antología documental del anarquismo español*, tomo 1. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

9 Lorenzo, Anselmo, *El proletariado militante*, Madrid: Confederación Sindical Solidaridad Obrera, 2005.

10 *Congresos Anarcosindicalistas en España, 1870 – 1936*, Toulouse – Paris: CNT, 1977.

o anarquismo nos movimentos de libertação da mulher que se desenvolveram a partir dos anos sessenta, de uma amplitude muito superior à que se dera até o momento. É a partir de aqui que se procura uma ótica própria da mulher em todos os aspectos e que se procura incorporar o estudo do sujeito mulher a qualquer disciplina científica. Ainda assim, a história fica à margem ou em desenvolvimento muito lento. É dentro deste tento de enfoques femininos, que ao tempo levam aparellados novos enfoques e o estudo de novos espaços, assim como a sua conexão e introdução numa análise de classe e da ampliação do âmbito do estudo da história, que se inscreve o trabalho de Margareth Rago, entre muitas outras, que ademais tentará uma vinculação com o anarquismo como metodologia de análise.

A importância do trabalho para a escrita da história

Qualquer aproximação à compreensão do passado desde uma perspectiva que tenha em conta as classes subalternas como protagonistas do movimento histórico não pode deixar de lado que o trabalho constitui um tema ineludível, assim como também o trabalho assalariado, assim como que é no trabalho desde o que se concretizam as confrontações de classe em qualquer momento histórico, assim como é um espaço no que o ser humano projecta também de maneira directa a sua criatividade e a sua visão do mundo em um momento concreto. O trabalho constitui um importantíssimo facto cultural, que mobiliza uma muito ampla série de relações sociais, e a sua omissão em qualquer análise histórico de qualquer tempo e lugar só pode levar ao insucesso ou à perduração daquela grande história, baseada

nos grandes factos (batalhas e matrimónios principalmente) realizados por grandes homens (reis e demais dirigentes). Uma história que tenha em conta o papel activo e autónomo das classes subalternas não pode desprezar uma análise do marco do trabalho para ser completa.

Como também não pode deixar de lado a incorporação do análise do sujeito mulher como sujeito imerso numa realidade diferenciada e numa situação relacional diferente da do sujeito homem, ao menos em várias questões, entre elas o trabalho. Por isso faz-se fundamental romper essa visão da mulher historicamente desligada do trabalho, assalariado ou não, para atingir a completa integração da mulher como sujeito activo em qualquer processo histórico e para incorporar a visão do feminino à análise destes processos, assim como de qualquer análise ou crítica científica.

Isto é também o que propõe Margareth Rago e tantas outras mulheres historiadoras. Simplesmente a incorporação da crítica desde o feminino a qualquer processo gerador de conhecimento e a integração de toda a prática desde a mulher como objecto de estudo. Não se trata de uma posição militante feminista ou de uma urgência da mulher para se reabilitar a si própria, que também. Trata-se em último termo de avançar para uma história que seja capaz de perceber a complexidade dos processos sociais desde uma ótica que tenha em conta a diversidade de sujeitos que participem deles. É evidente que o esquecimento, abandono, dissimulação, ou como queiramos dizer, da mulher como sujeito activo em tão grande parte da historiografia não contribuiu de nenhuma maneira a proporcionar uma escrita histórica satisfatória, senão que ao contrário contribuiu a assentar a história como discurso ideológico das classes dominantes.

O trabalho da mulher na arte

A arte, produção cultural que conserva grande validade como fonte para estudar o passado, plasmou o trabalho da mulher em multidão de tempos e lugares. Desde a cultura egípcia até a Grécia clássica e a Roma monárquica ou imperial, passando por Etrúria, o trabalho feminino teve variedade de representações em multidão de ofícios diferentes. Mulheres vendedoras e padeiras aparecem como limitado exemplo mas sendo umas das representações mais numerosas, mas podíamos falar também das numerosas representações de mulheres fiandeiras, amas-de-leite e parteiras da cerâmica grega.

Em época medieval a representação de mulheres trabalhando é habitual. Em muitos casos trata-se de cenas de trabalhos agrícolas, também por outra parte trabalho bem abundante na época que alcançou um desenvolvimento importante como motivo artístico ao ser habitual nas representações dos meses do ano, mas também em vários trabalhos artesanais. Aparecem em grande número as mulheres realizando trabalhos de cuidados, nomeadamente de enfermos, enquanto que a representação mais numerosa é a da mulher fiandeira, mas há que destacar a representação de maior variedade de ofícios. Estes exemplos revelam que a introdução no mundo laboral da mulher em época medieval não era nada limitado, como assim mostram os exemplos de escultoras, boticárias, costureiras e por suposto agricultoras, mas podíamos falar também de mulheres ourives, pintoras, queijeiras ou parteiras.

A partir da época moderna e depois desde a expansão do in-

dustrialismo e o sistema capitalista, a incorporação da mulher ao trabalho assalariado foi maciça e indubitável, quase sempre em trabalhos de importante penosidade e nas lamentáveis condições que imperam no marco de relações capital-trabalho até a expansão da luta de classes organizada da segunda metade do XIX, despojada já do seu carácter espontâneo e que dará lugar ao anarco-sindicalismo e conseguirá importantes melhoras nas condições de trabalho. Neste sentido são vários os exemplos que podíamos nomear, mulheres trabalhadoras das factorias indústrias ou da minaria, e de sectores primários onde atingiram muito forte presença, como foi a pesca.

Finalmente, não queremos deixar de lembrar que a militância operária da mulher não só existiu, senão que foi continuada e desenvolvida em condições muito mais dificultosas que as dos seus companheiros varões. Com efeito, a presença da mulher no mundo sindical foi permanente desde fins do XIX, e a sua participação nas mobilizações operárias, e na sua expressão mais radicalizada, a greve geral, também foi documentada artisticamente. Recordemos o quadro no que Judes Adler plasmou uma greve da comuna de Montchanin na localidade borgoñona de Lê Creusot. A manifestação vai encabeçada por uma mulher que entoa A Internacional, hino reconhecido como próprio pela classe operária de todo o mundo desde a sua criação na Comuna de Paris.

Martín Paradelo Núñez, Compostela, Junho de 2012

**Epistemologia
feminista,
gênero e história**

Introduzindo o debate

Nos anos oitenta, Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres, num trabalho que se tornou bastante conhecido, no qual expunha os inúmeros problemas decorrentes do privilegiamento de um outro sujeito universal: a mulher¹¹. Argumentava que muito se perdia nessa historiografia que, afinal, não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas, mas interagem continuamente com os homens, quer consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano, como os colegas de trabalho, os médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. Concluía pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. Ao mesmo tempo, levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina?

Em relação à primeira questão, Perrot respondia simultanea-

11Michelle Perrot - Une histoire des femmes est-elle possible? Paris: Rivage, 1984.

mente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da História no feminino. Não, em se considerando que o método, a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes enquanto pesquisadora do movimento operário francês. Entendia, assim, que o fato de ser uma historiadora do sexo feminino não alterava em nada a maneira como estudara e recortara o objeto. Na verdade, sua argumentação deslocava a discussão, deixando de considerar o modo de produzir e narrar a História para focalizar o objeto de estudo, sem pensar, por exemplo, por que ela não poderia ter trabalhado femininamente um objeto ou um tema masculino?¹² Ao mesmo tempo, Perrot destacava as diferenças de registro da memória feminina, mais atenta aos detalhes do que a masculina, mais voltada para as pequenas manifestações do dia-a-dia, geralmente pouco notadas pelos homens.¹³

Mais recentemente, outro prestigiado historiador francês advertiu contra os perigos de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal; de se observar os usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos; de se definir a natureza da diferença que marca a prática feminina; e da incorporação feminina da dominação masculina.¹⁴ Muito preocupado em reconhecer a importância da

12 Lembre-se que M.Perrot escrevera um importante estudo no campo da História Social: *les ouvriers en grève.france 1871-1890*. mouton, 1974.

13 M. Perrot - “Práticas da Memória Feminina”, Revista Brasileira de História, S.Paulo: Anpuh/Marco Zero, vol.9, no.18,1989.

14 Roger Chartier - “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”, Cadernos PAGU, no.4, Unicamp, 1995.

diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino.

Procuro, neste texto, levantar alguns pontos de reflexão sobre a epistemologia feminista e sua ressonância na historiografia. É da maior importância discutir questões tão candentes e atuais, especialmente num encontro acadêmico que procura perceber as possibilidades abertas para a produção do conhecimento pelas discussões que giram em torno da incorporação da categoria do gênero e que apontam para a sexualização da experiência humana no discurso.

Epistemologia feminista: ensaiando alternativas

Ao menos no Brasil, é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento. Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão interessa pouco ao “feminismo dos trópicos”, onde a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas.¹⁵

Contrariando posições e tentando aproximar-me da questão, gostaria de esboçar algumas idéias. Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de

15 Uma instigante discussão sobre o tema, encontra-se em Roberto Cintra Martins - “Filosofia da Ciência e feminismo: uma ligação natural”, in Lucila Scavone (org.)- Tecnologias reprodutivas. Gênero e Ciência. S.Paulo: UNESP, 1996.

constituição de uma (ou seriam várias?) **epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência**.¹⁶ O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscorso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico.

Certamente, a questão é muito mais complexa do que estou formulando aqui, já que, de um lado, há outras correntes vanguardistas do pensamento contemporâneo, atuando no sentido das profundas desestabilizações e rupturas teóricas e práticas em curso. Além do mais, seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, sem reconhecer que se há rupturas, há também muitas permanências em relação à tradição científica. No entanto, quero chamar a atenção especificamente para o aporte feminista às transformações em curso no campo da produção do conhecimento.

Na consideração da existência de uma/várias epistemologia/s feminista/s, valeria então destacarmos, de início, dois pontos: o primeiro aponta para a participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado

16 A esse respeito, veja-se Linda Alcoff e Elizabeth Potter (orgs.) - *Feminist epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.

da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pósmodernismo. Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo enfiado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença. É neste ponto que o feminismo se encontra especialmente com o pensamento pósmoderno, com a crítica do sujeito, com as formulações de Derrida e Foucault, entre outras¹⁷. O segundo, embutido no primeiro, traz as propostas desta nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador.

17 Vide a respeito Mary McCanney Gergen (ed.) - O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/EdUNB, 1993; Cláudia Costa Lima - "O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas", Cadernos PAGU, no.2, Unicamp, 1993.

1 - A crítica feminista

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensase a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental.

Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este

questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno. Especialmente nas Ciências Humanas, chegar à verdade do acontecimento, “compreendê-lo objetivamente” significava retirar a máscara que o envolvia na superfície e chegar às suas profundezas. Foucault criticava, assim, a concepção dominante na cultura ocidental de que o conhecimento, a produção da verdade se daria pela coincidência entre o conceito e a coisa, no movimento de superação da distância entre a palavra e a coisa, entre a aparência e a essência.

A convergência entre a crítica feminista e as formulações dos “filósofos da diferença”, como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida, entre outros, já foi observada por várias intelectuais.¹⁸ A filosofia pósmoderna propõe, a partir de um solo epistemológico que se constitui fora do marxismo, novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento: a “descrição das dispersões” (Foucault) e não a “síntese das múltiplas determinações” (Marx); revelar o processo artificial de construção das unidades conceituais, temáticas supostamente “naturais”: a **desconstrução** das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades. E, fundamentalmente, postula a noção de que o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de “reais”. A produção do conhecimento se daria, assim, por ou-

18 Veja-se, por ex., Jane Flax - “Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista”, in Heloísa Buarque de Hollanda - Pósmodernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

tras vias. Como disse Foucault:

“Mas não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; (...) substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico;”¹⁹

Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais.

Vale ainda notar a aproximação entre as formulações da teoria feminista e a valorização da cultura pelo pós-modernismo,

19 Michel Foucault - Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p.54

ao contrário da sociedade para o marxismo. Nesse contexto, a História Cultural ganha terreno entre os historiadores, enfatizando a importância da linguagem, das representações sociais culturalmente constituídas, esclarecendo que não há anterioridade das relações econômicas e sociais em relação às culturais. O discurso, visto como prática, passa a ser percebido como a principal matéria prima do historiador, entendendo-se que **se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados.**²⁰

É nesta perspectiva que Joan Scott, conhecida anteriormente por seus trabalhos na área da História Social, ao procurar explicar alternativamente o “problema” da trabalhadora, a divisão sexual do trabalho, a oposição entre o lar e o trabalho, inverte radicalmente o caminho tradicional da interpretação histórica, enfatizando a importância do discurso na constituição de uma questão socio-econômica. A divisão sexual do trabalho é, então, percebida como efeito do discurso. Segundo ela,

*“Ao invés de procurar causas técnicas e estruturais específicas, devemos estudar o discurso a partir do qual as divisões do trabalho foram estabelecidas segundo o sexo. O que deve produzir uma análise crítica mais aprofundada das interpretações históricas correntes.”*²¹

Explica que a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam, e não como um reflexo das relações econômicas. Considera insustentável a difundida tese de que a industrialização provocou uma separação entre o trabalho e o lar, obrigando as

20 Keith Jenkins - Re-thinking history. London: Routledge, 1991.

21 Joan W. Scott - “La Travailleuse”, in G. Duby e M. Perrot (orgs.)- Histoire des femmes, vol.4. Paris: Plon, 1991, p.428.

mulheres a escolher entre o trabalho doméstico e o assalariado. Para ela, **o discurso masculino**, que estabeleceu a inferioridade física e mental das mulheres, que definiu a partilha “*aos homens, a madeira e os metais*” e “*às mulheres, a família e o tecido*” provocou “*uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certos empregos, substituindo-as sempre por baixo de uma hierarquia profissional, e estabelecendo seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência.*” (*idem*)

2 – O projeto de ciência feminista ou um modo feminista de pensar?

É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo fragil”. É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um **contradiscurso feminista** e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce **uma linguagem feminista**. E, no entanto, o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado a preocupação com a centralidade do sujeito. Como se de repente os efeitos se desviassem dos objetivos visados no ponto de partida: a categoria relacional do gênero desinveste a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista.

Esta é uma das principais dificuldades que emergem, ao se tentar conceitualizar o campo epistemológico em que se funda

um conhecimento sobre as mulheres e, agora, sobre as relações de gênero. A categoria do gênero, já observou Joan Scott, não nasce no interior de um sistema de pensamento definido como o conceito de classes em relação ao marxismo. Embora seja apropriada como instrumento analítico extremamente útil, procede de um campo profundamente diverso daquele que tinha como horizonte a emancipação social de determinados setores sociais. Helen Longino observa, ainda, que foi depois do desenvolvimento do pensamento feminista nas áreas da história, antropologia, teoria literária, psicologia e sociologia que se passou a pensar nos conceitos através dos quais se operava. A reflexão filosófica foi posterior à prática teórica.²²

Isto significa: 1) que houve uma incorporação das questões feministas em diferentes campos da produção do conhecimento científico, de fora para dentro, como por exemplo, na psicanálise ou no campo marxista. Os temas da mulher e do gênero foram incorporados às questões colocadas pela historiografia marxista, sem ter nascido a partir dela, enfrentando, aliás, sérias dificuldades em seu interior. Sabemos como a questão das relações entre os sexos, a história da sexualidade e do corpo, as lutas políticas das mulheres foram secundarizadas no marxismo, tidas como secundárias em relação às questões da luta das classes. Do mesmo modo, a questão étnica e racial. É impossível deixar de pensar na reação que o livro *História da Sexualidade*, de Foucault teve por parte dos historiadores ligados à História Social, por exemplo. De certo modo, não se pensava nas relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade

22 Helen E. Longino - "To See Feelingly: Reason, Passion, and Dialogue in Feminist Philosophy", in Donna C. Stanton e A. Stewart (org.) *Feminisms in the academy*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995, p.21.

e como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente. A sexualidade era identificado à força instintiva, biológica e, assim, não merecia ser historicizada. Este era o lugar que tinha não apenas no marxismo, mas no imaginário ocidental.

2) Esta incorporação, portanto, não se deu sem maiores complicações. Porque a entrada dos temas feministas em campos epistemológicos masculinos provocou muitas desestabilizações e, mesmo, rupturas, a despeito das muitas permanências. Os conceitos se mostravam estreitos demais para pensar a diferença, aliás, masculinos, muitas vezes misóginos, precisavam ser transformados, abandonados, questionados, refeitos. Como lembra Elizabeth Grosz, não se tratava afinal de um simples esquecimento das mulheres de um campo neutro e objetivo de conhecimentos: “*Sua amnésia é estratégica e serve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento.*”²³ Além disso, esta entrada, por exemplo, no campo do marxismo só foi possível porque este, ao dar sinais de esgotamento, estava sendo amplamente criticado, vários conceitos se mostravam insuficientes, e os marxistas partiam em busca de renovações conceituais, temáticas, de atualização.²⁴

3) Esta incorporação remete, ainda, a uma outra questão: a que vem uma epistemologia feminista? Para que necessitamos de uma nova ordem explicativa do mundo? Para melhor controlar o pensamento e o mundo? Uma nova ordem das regras para

23 Elizabeth Grosz - “Bodies and Knowledges: Feminism and the Crisis of Reason”, in L.Alcoff e E.Potter, op.cit. p.206.

24 Veja-se a propósito Donna Haraway - “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. UNICAMP, Cadernos PAGU, no.5, 1995, P.14.

trazer poder político a um setor que se sente excluído? Sandra Harding pergunta, então, ao lado de muitas outras feministas, se não estaria-mos correndo o risco de repor o tipo de relação poder-saber que tanto criticamos:

“Como é que o feminismo pode redefinir totalmente a relação entre saber e poder, se ele está criando uma nova epistemologia, mais um conjunto de regras para controlar o pensamento?”²⁵

É possível contra-argumentar lembrando que não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas - feminista, terceiro mundista, homossexual, operária - pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo. Além disso, há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes. Não há dúvidas de que o **modo feminista de pensar** rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. Se a crítica feminista deve *“encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz,”* como diz Showalter, é possível dizer que as mulheres estão construindo **uma linguagem nova**, criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas.²⁶

25 Sandra Harding - “A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista”, in Revista de Estudos Feministas, vol.1, no.1, 1993, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, p.19.

26 Elaine Showalter - “A crítica feminista no território selvagem”, in Heloísa

Vamos dizer que podemos pensar numa epistemologia feminista, para além do marxismo e da fenomenologia, como uma forma específica de produção do conhecimento que traz a marca especificamente feminina, tendencialmente libertária, emancipadora. Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente. Sem dúvida alguma, há **um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário**, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Talvez daí mesmo a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista.

Vejamos alguns aspectos desse aporte: o questionamento da produção do conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento. Aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. Simmel já fizera esta observação, em 1902, ao indagar sobre as possíveis contribuições da “Cultura Feminina” num mundo masculino, e Helen Longino complementa:

“Em busca de parâmetros (groundings) conceituais e filosóficos alterna-

Buarque de Hollanda (org.) - Tendências e impasses. O Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.29.

*tivos, muitos pensadores abraçaram modos de análise que rejeitam a dicotomização entre razão e paixão, entre saber e sentimento.*²⁷

Para ela, o pensamento feminista trouxe a **subjetividade como forma de conhecimento**. “We all see feelingly”, afirma, o que se opõe radicalmente ao ideal de conhecimento objetivo trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas. Entrando num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo.

Portanto, o feminismo propõe **uma nova relação entre teoria e prática**. Delineiase um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. Uma nova idéia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a idéia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo.

27 G. Simmel - “Cultura Feminina”, in Filosofia do amor. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993; Helen Longino, idem, p.20.

Defendendo o **relativismo cultural**, questiona também a noção de que este conhecimento visa atingir a verdade pura, essencial. Reconhece a particularidade deste modo de pensamento e abandona a pretensão de ser a única possibilidade de interpretação. Concordando com Sandra Harding: *“Uma forma de resolver o dilema seria dizer que a ciência e a epistemologia feministas terão um valor próprio ao lado, e fazendo parte integrante, de outras ciências e epistemologias - jamais como superiores às outras.”*(p.23)

Enfatiza a **historicidade dos conceitos e a co-existência de temporalidades múltiplas**. Nesta direção, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias mostra a confluência das tendências historiográficas contemporâneas com as inquietações feministas; defendendo a “instabilidade das categorias feministas” (Sandra Harding), fala em hermenêutica crítica e no historicismo:

*“a historiografia feminista segue os mesmos parâmetros (que a desconstrução de Derrida, a arqueologia da Foucault, a teoria crítica marxista, a história social e conceitual dos historistas alemães, a historiografia das mentalidades), pois tem seu caminho metodológico aberto para a possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos.”*²⁸

Os estudos feministas inovam, então, na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a idéia de linha evolutiva inerente aos processos históricos.

28 Maria Odila Leite da Silva Dias - “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, in Al-bertina de O. Costa e Cristina Bruschini (orgs.) - Uma questão de gênero. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas, p.49.

Feminismo e História

Seria interessante, por fim, pensar como os deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo têm repercutido na produção historiográfica. A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política.²⁹ Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros.

É claro que muitos discordarão da divisão sexual dos temas históricos acima proposta, já que há muitas outras dimensões implicadas na ampliação do leque temático, principalmente a crise da “historiografia da Revolução” e a redescoberta da Escola dos Annales. Entretanto, poucos poderão negar que a entrada desses novos temas se fez em grande parte pela pressão crescente das mulheres, que invadiram as universidades e cria-

29 Margareth Rago - “As mulheres na Historiografia Brasileira”, in Zélia Lopes (org.)- A história em debate, SP: Editora da UNESP, 1991.

ram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir dos anos setenta. Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular.

A descoberta da origem da “mãe moderna” a partir do modelo rousseuista, proposta por Elisabeth Badinter, por exemplo, foi fundamental para se reforçar o questionamento do padrão de maternidade que havia vigorado inquestionável até os anos 60 e reforçar a luta feminista pela conquista de novos direitos; a genealogia dos conceitos da prostituição, da homossexualidade e da perversão sexual, entre outros, foi extremamente importante enquanto reforçava a desconstrução prática das inúmeras formas de normatização.³⁰ A história do corpo feminino trouxe à luz as inúmeras construções estigmatizadoras e misóginas do poder médico, para o qual a constituição física da mulher por si só inviabilizaria sua entrada no mundo dos negócios e da política. O questionamento das mitologias científicas sobre sua suposta natureza, sobre a questão da maternidade, do corpo e da sexualidade foi fundamental em termos da legitimação das transformações libertadoras em curso.

O campo das experiências históricas consideradas dignas de

30 Vejam-se as discussões de Jurandir Freire Costa - “O referente da identidade homossexual”, in Richard Parker e Regina M. Barbosa (orgs.) - *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento.

Para tanto, novos conceitos e categorias tiveram de ser introduzidos a partir das perguntas levantadas pelo feminismo e dos deslocamentos teóricos e práticos provocados. Por que se privilegiavam os acontecimentos da esfera pública e não os constitutivos de uma história da vida privada? Por que se desprezava a cozinha, em relação à sala, e a casa em relação à rua? Onde uma história dos segredos, das formas de circulação e comunicação femininas, das fofocas, das redes interativas construídas nas margens, igualmente fundamentais para a construção da vida em sociedade? Quais as possibilidades de uma História no feminino? Não apenas a história das mulheres, mas a história contada no registro feminino?³¹

Neste contexto, ficou evidente a precariedade e estreiteza do instrumental conceitual disponível para registrar as práticas

31 Tânia Navarro Swain - "Feminino/Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico", 1995, (mimeo); Maria Izilda S. de Mattos e Fernando A. de Faria - Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: O Feminino, O Masculino e Suas Relações. RJ: Bertrand Brasil, 1996.

sociais que passavam a ser percebidas, embora existentes desde sempre. Para o historiador formado na tradição marxista, especialista na recuperação histórica das lutas sociais e da dominação de classes, como falar das práticas desejantes, com que conceitos poderia construir uma história do amor, da sexualidade, do corpo ou do medo? Como trabalhar a questão da religiosidade e das reações diante da vida e da morte?

No casos dos estudos feministas, o sucesso da categoria do gênero se explica, em grande parte, por ter dado uma resposta interessante ao impasse teórico existente, quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o eclipse do sujeito. Categoria relacional, como observa Joan Scott, encontrou campo extremamente favorável num momento de grande mudança das referências teóricas vigentes nas Ciências Humanas, e em que a dimensão da Cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade. Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas.

Em termos da historiografia, estas concepções se aproximam das formuladas pela História Cultural. Esta põe em evidência a necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais e culturais pelos agentes históricos, as práticas da representação, deixando muito claro que o predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista, secundarizou demais o campo da

subjetividade e da dimensão simbólica. Exceção feita a E.P. Thompson, que aliás se tornou extremamente famoso apenas na década de oitenta, grande parte dos estudos históricos de tendência marxista mantinham-se presos ao campo da política e da economia, este sendo considerado o “lugar do real” e da inteligibilidade da história. Apenas nas últimas décadas, passou-se a falar incisivamente em imaginário social, nas representações sociais, em subjetividade e, para tanto, a História precisou buscar aproximações com a Antropologia, a Psicanálise e a Literatura. Além disso, na medida em que o discurso passou a ser dotado de positividade, os historiadores também perceberam que era inevitável interrogar o próprio discurso e dimensionar suas formas narrativas e interpretativas.

Em relação aos estudos feministas, e a despeito das inúmeras polêmicas em curso, vale notar que a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos **estudos sobre os homens**, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos - interdisciplinares - sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais.

Sem dúvida alguma, os resultados das inúmeras perspectivas abertas têm sido dos mais criativos e instigantes. O olhar femi-

nista permite reler a história da Colonização no Brasil, no século 16, a exemplo do que realiza a historiadora Tânia Navarro Swain, desconstruindo as imagens e representações construídas pelos viajantes sobre as formas de organização dos indígenas, sobre a sexualidade das mulheres, supostamente fogosas e promíscuas, instituindo sua amoralidade. Num excelente trabalho genealógico, a historiadora revela como os documentos foram apropriados e reinterpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos, cristalizando-se imagens profundamente negativas a respeito dos primeiros habitantes da terra, considerados para sempre incivilizados e incapazes de cidadania.

Já Maria Izilda Matos e Fernando A. Faria, estudando as composições musicais de Lupicínio Rodrigues, a partir da categoria do gênero, descortinam as formas de construção cultural das referências identitárias da feminilidade e da masculinidade, nas décadas de quarenta e cinquenta, dominantes até recentemente. A partir da análise das letras de músicas produzidas pelo famoso compositor gaúcho, podem visualizar não apenas as experiências femininas, mas “seu universo de relações com o mundo masculino”, numa proposta bastante enriquecedora e inovadora.

Finalizando...

As possibilidades abertas para os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinos às novas propostas de se falar **femininamente** das experiências do cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo na Antropologia e na Psicanálise, incorporando a dimensão subjetiva do narrador.

Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica. Aliás, as práticas passam a ser privilegiadas em relação aos sujeitos sociais, num movimento que me parece bastante democratizador. Assim, e como diria Paul Veyne, o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quan-

do a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução. A realidade já não cede à teoria.

Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e aqui, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos. E o que me parece mais importante, sabem inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver.

**Descobrimo
historicamente
o gênero**

Em julho de 1990, logo após defender o doutorado com um trabalho sobre a história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi, pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. Os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país e a controvérsia em torno da “história das mulheres”, ou do “estudo das relações de gênero”, parecia superada em favor do último.

No Brasil, iniciamos em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu – um grupo de estudos do gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa. A idéia foi reforçada pela participação no seminário “Uma Questão de Gênero”, realizado num hotel-fazenda próximo a Itu, em São Paulo. Aí reuniram-se intelectuais feministas de todo o país, algumas vindas do exterior, debatendo em altíssimo nível as novas propostas epistemológicas do feminismo. Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Levinas eram algumas das brilhantes acadêmicas presentes. Não tardamos a criar na Unicamp o Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, nome, aliás, sugerido por Elisabeth Lobo. A partir do ano seguinte, organizamos seminários, palestras, discussões, fizemos planos e mais planos, criamos, enfim, um espaço destinado a pesquisar assuntos ligados inicialmente à feminilidade e poste-

riormente à masculinidade, para o qual se integraram várias outras intelectuais prestigiadas, como a antropóloga Suely Koffes e a socióloga Ana Maria Goldani. Iniciamos a publicação de uma revista e o *Cadernos Pagu* não tem cessado de se difundir.

Construção social e cultural das diferenças sexuais, assim se definiu o “gênero”, categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava. Afinal, estávamos acostumadas, principalmente as historiadoras e sociólogas, a lidar com conceitos acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas. Creio que a experiência das antropólogas nos servia também como uma importante referência, pela maneira menos estruturada de olhar e trabalhar.

A perplexidade foi sendo progressivamente vencida à medida em que nos inteirávamos de que esta também era uma categoria relativamente recente nos países do Primeiro Mundo, sendo que, na França, muitas feministas se recusavam a incorporá-la. De qualquer maneira, tornou-se obrigatória a leitura da historiadora norte-americana Joan W. Scott, que felizmente já era respeitada nos meios acadêmicos masculinos por suas pesquisas anteriores na área de trabalho e movimentos sociais.³²

Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas. Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais

32 Refiro-me a Scott, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez de 1990.

feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia.

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.

Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em

garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: “tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual.” As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.

Progressivamente, as feministas ortodoxas, que relutavam em aceitar a reviravolta epistemológica em curso, por deslocar o foco do “sujeito mulher” para a análise das relações de gênero, questionavam o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais.

De qualquer forma, foi ficando muito claro que vivíamos uma profunda mutação no campo do conhecimento e que esta não provinha apenas das problematizações levantadas pelo feminismo. De vários lados, do “pensamento da diferença”, da psicanálise, do novo historicismo, entre outras correntes críticas do pensamento, emergia a crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade. O deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía. Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes. O filósofo francês apontava para a maneira profundamente ahistórica com que trabalhávamos sujeitos e objetos, denunciando a ilusão de que éramos vítimas ao falarmos do sujeito universal, tomado por personagem não apenas “de carne e osso”, mas de quem tudo emanava. Lo-

go, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar.

Passamos, então, a perceber o deslocamento que se operava de uma forma de pensamento “arborescente”, “pivotante”, como diz Deleuze, fundado no privilégio do sujeito e, portanto, construído a partir da lógica da identidade, para as possibilidades de um pensamento relacional e diferencial, ou “rizomático”, como propõe este.³³ Trata-se, nessa referência, de perceber que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida como acreditávamos então; e ainda, que as conexões podem ser estabelecidas entre campos, áreas, dimensões sem necessidade exterior pré-determinada. Mulher e Homem, Criança, ou Trabalhadora, Prostituta, Louca, nesse sentido, deveriam deixar de ser pensados como naturezas biologicamente determinadas, aspecto que se observa em todas as outras construções de identidade. A própria noção de identidade era historicizada e questionada juntamente com a ilusão da interioridade e da essência que a informava. A figura do sujeito tal como a pensamos era definitivamente destruída, porque puramente ficcional. E passamos a reconhecer a reposição da mesma figura do sujeito em toda a parte, disfarçada, como diria Deleuze, por seu próprio nome.³⁴

33 Sobre o pensamento arborescente e o rizomático, veja-se Deleuze, G. e Guattari, F. *Mil Platôs*. São Paulo, Editora 34, 1996.

34 G. Deleuze e F. Guattari afirmam que escreveram o livro a dois, mas como cada um são muitos, o livro foi feito por várias pessoas. Contudo, pensaram que seria conveniente manter seus próprios nomes, porque esta seria a melhor

Há, ainda hoje, uma enorme resistência, sobretudo por parte dos intelectuais de tradição marxista, ortodoxa e heterodoxa, para entenderem a dissolução do sujeito operada por Foucault. Não se trata, nessa lógica, de negar a existência dos seres humanos e de suas práticas, como muitos afirmam, e muito menos de encerrá-los nas grades disciplinares, atando suas capacidades criadoras, mas de denunciar estas formas de prisão que não se objetivam apenas no espaço carcerário propriamente dito. Na perspectiva foucaultiana, é bom lembrar, a identidade é outra das grades que nos encerra, sobretudo a partir do século 19, assim como os micropoderes da vida cotidiana, com que convivíamos até então com certa normalidade. O filósofo denuncia a armadilha de que temos sido vítimas ao tomarmos um modo histórico de produção da subjetividade, marcado fundamentalmente pela dimensão da sujeição na sociedade burguesa, desde fins do século 18, como sendo natural para qualquer momento histórico. Nessa perspectiva, o indivíduo é uma construção relativamente recente, assim como o próprio social. E, muito longe do que propõe o Iluminismo enquanto emancipação do homem pela razão, temos nos abrigado sob os braços do Pai ou da Mãe, do Médico ou do Diretor espiritual, da Autoridade, enfim, ao invés de nos autonomizarmos pelo uso prático da própria capacidade reflexiva. Comparando os vitorianos aos antigos gregos e ainda aos romanos dos inícios da era cristã, Foucault evidencia diferentes modos de subjetivação e de sujeição ao longo da História. Com isso, propõe, para além das problematizações em torno de nossas imagens do poder e da produção da verdade, uma história crítica das subjetividades, o que

maneira de passarem despercebidos. Id., ib., p.11.

sem dúvida ainda está em grande parte por ser feito.³⁵

Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não-discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina. Mais recentemente, a discussão se volta para os próprios homens, também eles excluídos dos campos históricos em benefício da figura ficcional do Homem, construído à imagem de Deus. Deixando de lado a polêmica relativa à divisão de espaços que os estudos da masculinidade colocam, não há dúvida de que também os homens se descobrem profundamente estrangeiros para si mesmos, ocultos que estavam numa interpretação que os elevava à categoria de deuses.

A categoria do gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora, pois embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado

35 Veja-se a respeito a brilhante tese de doutoramento de Prado Filho, Kleber. Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault, defendida no Depto. de Sociologia da USP, 1998.

enquanto dimensão analítica. É claro que não estou me referindo apenas à importância dos estudos da sexualidade, como a história do amor, das práticas sexuais, da prostituição ou da homossexualidade. Muito mais do que isto, penso na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais, como as entendemos. Uma partilha cultural que se tem até recentemente considerado como fundamental entre o universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si. Ao mesmo tempo o desejo é pouco pensado e problematizado em nossos estudos, mesmo porque temos ainda operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais, muito mais racionais do que emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas, o que sem dúvida empobrece demais a experiência humana.

A categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo. “O que escapa às classificações”, como diz Luce Fabbri, no livro *O Caminho*, de 1952, em que define sua leitura do anarquismo. Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.

O gênero tornou-se um instrumento valioso de análise que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana com que vínhamos trabalhando, impulsionados pela pressão dos próprios documentos históricos. Para esclarecer, cito um exemplo em minha experiência de pesquisa. Tendo encontrado roman-

ces femininos que falavam da prostituição já nos anos vinte em São Paulo, observei as diferenças de interpretação do fenômeno pelo olhar masculino e pelo feminino. Ao contrário dos romances masculinos, em que as prostitutas morrem ou se regeneram indo viver no campo, a exemplo de Naná, de Emile Zola, ou Lucíola, de José de Alencar, Laura Villares, em *Vertigem*, romance de 1926, leva sua heroína, que se prostitui em São Paulo e em Buenos Aires, ao ser recusada pelo noivo na cidadezinha do interior, a tornar-se rica e independente em Paris. A cena final do romance se passa às margens do Sena, onde ela circula alegremente, bonita e feliz. Encontrando-se com o antigo noivo, que a convida para jantar, responde perguntando-lhe por sua esposa. Ao desvencilhar-se do pretendente, pensa consigo mesma que havia escapado da situação estar no lugar daquela, presa num quarto de hotel, enquanto o marido seduzia outras mulheres. Sorri satisfeita consigo mesma. A prostituição, nesse imaginário, está associada à idéia da liberação feminina, já que a cocotte se civiliza via o comércio do corpo, passa a circular nos espaços da sociabilidade das elites, enriquece-se pessoal e financeiramente e descobre-se enquanto mulher, o que quer dizer, descobre o prazer sexual, o amor e o orgasmo.

Apesar do romantismo e da ingenuidade desta leitura, foi-se tornando claro que as mulheres têm leituras do mundo bastante diferenciadas das dos homens, que agenciam o espaço de outra maneira, que o recortam a partir de uma perspectiva particular e que não tínhamos até então instrumentos conceituais para nos reportarmos a essas diferenciações. Ao mesmo tempo, parece-me um grande avanço podermos abrir novos espaços para a emergência de temas não pensados, de campos não problematizados, de novas formas de construção das relações sociais não

imaginadas pelo universo masculino. Sem incorrer na ilusão de que as mulheres vêm libertar o mundo, acredito que a pluralização possibilitada pela negociação entre os gêneros é fundamental não só para a construção de um novo pacto ético, mas para a própria construção de um ser humano menos fragmentado entre um lado supostamente masculino, ativo e racional e outro feminino, passivo e emocional. A superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional do gênero, nessa direção, é fundamental para que se construa um novo olhar aberto às diferenças.

Entendo também que a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual. O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocado à margem na leitura das práticas sociais. A desconstrução dos mitos fundadores, acredito, passa pela leitura do gênero de sua própria produção, ao lado de outras dimensões, é claro. Mas, fundamentalmente, é importante que possamos perceber a construção das diferenças sexuais histórica e culturalmente determinada, desnaturalizando portanto as representações cristalizadas no imaginário social. E isto não só na leitura do passado, mas na própria construção de formas mais libertárias de convivência no presente. A amizade só é possível entre iguais, explica Maquiavel, e as negociações entre grupos sociais, étnicos ou sexuais só podem ser feitas desde que o espaço se deshierarquize e se abra, de modo mais libertário, à entrada das multiplicidades e de novas subjetividades.

Outras publicações da CNT

Edgar Rodrigues: História do Movimento anarquista no Brasil. História do Movimento anarquista em Portugal.

Carme Blanco: Casas anarquistas de Mulleres libertarias.

Maître Simon: Viaxe humorística a través das relixións e os dogmas. [Edição ilustrada]

Voltairine de Clayre: Desobediência civil. Fundamentos da ação direta.

Rudolf Rocker: Porque sou anarquista.

Leandro Pita Romero: O anarquista.

Emma Goldman: O indivíduo na sociedade.

Maurice Joyeux: Autogestão, gestão operária, gestão directa.

Deirdre Hogan: Feminismo, classe e anarquismo.

Emile Pouget: A sabotagem.

**Todas à venda em edição impresa,
aliás de disponiveis para descarga livre
no web www.cntgaliza.org**

A autora pergunta-se se é possível uma história das mulheres e os problemas decorrentes do privilegiamento de um outro sujeito universal: a mulher. Pergunta-se se há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da História no feminino.

Procura as diferenças de registro da memória feminina, os perigos de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal; de se observar os usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos; de se definir a natureza da diferença que marca a prática feminina; e da incorporação feminina da dominação masculina. A autora procura, enfim, levantar alguns pontos de reflexão sobre a epistemologia feminista e sua ressonância na historiografia.

É da maior importância discutir questões tão candentes e atuais, procurando perceber as possibilidades abertas para a produção do conhecimento pelas discussões que giram em torno da incorporação da categoria do gênero e que apontam para a sexualização da experiência humana no discurso.



www.cntgaliza.org

